

*MUHUR AIDA: ENTRE ÉPICA E
A HISTÓRIA, UMA LIÇÃO DE
NACIONALISMO*

*MUHAR AIDA: BETWEEN EPIC
AND HISTORY, A LESSON OF
NATIONALISM*

**Tânia Pêgo
(FLUL)¹**

RESUMO: O poema que serve de objeto de estudo a este trabalho – *Muburaida* – recria um acontecimento histórico, contemporâneo ao seu autor, Henrique João Wilkens, ocorrido na Amazônia. A narrativa gira em torno da pacificação e conversão dos bárbaros índios Mura, considerados um empecilho para o desenvolvimento econômico e social da região adjacente ao rio Madeira. A pacificação dos Mura ora é vista como um milagre efetuado pela fé cristã, ora é atribuída aos esforços dos agentes do Governo, dividindo-se entre a apologia do Cristianismo e do “Diretório dos Índios”. A *Muburaida* é

¹ Mestre em Literatura Brasileira pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – FLUL. Investigadora no CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FLUL), Linha 3 – Multiculturalismo e Lusofonia. taniapego@sapo.pt

apresentada pelo seu autor como um poema heroico. Entretanto, os fortes indicadores de religiosidade presentes no texto permitem que este possa ser considerado um poema heroico-religioso. Wilkens vai buscar inspiração na épica moderna. Assim, o seu texto, além de privilegiar a verossimilhança e o maravilhoso cristão, vai apresentar uma inovadora trilogia de heróis.

Sem o prestígio conseguido por outros épicos brasileiros do seu tempo, o certo é que a *Muhuraida*, além de dar um precioso contributo para a reconstrução de uma página da história amazonense, também revela um certo sentimento patriótico, sustentado por uma velada denúncia dos abusos cometidos pelos colonizadores e missionários contra os índios.

PALAVRAS-CHAVE: Mura. Poética. Flagelo. Redenção

ABSTRACT: The poem we study in this paper - *Muhuraida* – recreates a historical event, which is contemporary to the author, Henrique João Wilkens. The narrative is about the pacification and conversion of the barbarian Indians Mura, considered as an impediment to the social and economic development of the area surrounding the Madeira river. The pacification of the Mura is seen either as a miracle performed by the Christian faith or credited to the Government’s agents’ efforts, between the apology to Christianity and to the “Diretório dos Índios”. *Muhuraida* is presented by its author as a heroic poem. However, the strong religious indicators presented in the text allow it to be considered a heroic religious poem. Wilkens was inspired by the modern epic. Thus, his text, besides privileging the verisimilitude and the marvelous Christian, introduced an innovative trilogy of heroes. Although it didn’t achieve the prestige of other Brazilian epics of its time, *Muhuraida* made a precious contribution to the reconstruction of the Amazonian historical page and it also reveals some patriotic feelings, sustained by a veiled accusation of the abuses perpetrated by the settlers and the missionaries against the Indians.

KEYWORDS: Mura. Scourge. Redemption

A *Muburaida* ou *O Triunfo da Fé Na bem fundada Esperança da inteira Convergência, e reconciliação da Grande, e feróz Nação do Gentio Mubúra*, poema composto em 1785 por Henrique João Wilkens, oficial português a prestar serviço na Amazônia, foi publicado em Lisboa em 1819, pelas mãos do P^c Cypriano Pereira Alho. Numa altura em que as atenções encontravam-se já voltadas para a nova tendência literária que começava a instalar-se na Europa – o Romantismo – é natural que tão grande atraso na sua publicação possa ter sido responsável para que a *Muburaida* não tivesse divulgação no Brasil do Século XIX, ficando excluída das principais obras de referência sobre a literatura produzida no Brasil durante o período colonial, como a de Manuel de Oliveira Lima (s/d) ou a de Varnhagen (1845), dentre outras, não obtendo a mesma repercussão que os seus pares brasileiros, *O Uruguai*, de Basílio da Gama (1769), e *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão (1781).

Seria preciso passar mais de um século para que um primeiro estudo crítico sobre o poema fosse apresentado no Brasil, por Mario Ypiranga Monteiro (1976). Contudo, tal estudo, inserido no leque de obras referentes à literatura desenvolvida na e sobre a Amazônia, nega à *Muburaida* o seu valor literário, valorizando unicamente o seu contributo para a reconstrução da história amazonense.

A descoberta do manuscrito² da *Muburaida* conduziu à publicação de uma nova edição do poema, em 1993³, primeira no Brasil. Contribuiu também para elucidar alguns equívocos que se formaram em torno da sua autoria e da língua em que foi escrito. Sem acesso ao manuscrito e, provavelmente, fundamentando as suas observações nas exíguas biografias de Wilkens e do P^c Alho, Mário Ypiranga Monteiro incorre num erro que pode ser facilmente esclarecido com uma consulta ao manuscrito quando afirma que a *Muburaida* havia sido escrita “originalmente em linguagem mura pelo oficial de milicias Enrique João Wilkens, não se sabe vazado em que combinação poética [e, posteriormente,] traduzido em oitavas camoneanas pelo padre português Cipriano Pereira Alho e publicado em Portugal” (1976, p. 23).

Ainda mais curiosa e equivocada é a afirmação feita pelo historiador Artur César Ferreira Reis (s/d) de que “um vigário de Moura escreveu a «Muraida», em que cantava, em tom heróico, o episódio da pacificação dos índios Mura⁴⁹”. Equívoco inexplicável, já que não deixa de constar na folha de rosto da edição impressa em 1819 que o poema foi “composto por H. J. Wilkens” e “dado a’ luz” pelo “P^c Cypriano Pereira Alho”.

A leitura do manuscrito vem também pôr em evidência mais uma particularidade da *Muhuraida*. Importantes alterações, dissimuladas sob o véu de uma simples revisão, foram efetuadas pelo seu editor, o P^c Alho, o que faz com que o manuscrito de Wilkens e a edição impressa em 1819 não possam ser tratados como um texto único.

A “pretenção” do P^c Alho em não tratar o texto com o distanciamento próprio de um revisor/editor fica logo patente nos paratextos, quando edifica o trabalho do editor igualando-o ao do autor, citando, para tanto, o seguinte trecho da *Carta X* de Antonio Ferreira:

Igualmente direi sempre ditoso,
Ou quem fez cousas dignas de memoria,
Ou quem poz em memoria o proveitoso. (P^c ALHO, p. 174)

Longe de restringir-se às suas competências enquanto revisor e editor, o P^c Alho adota uma postura nada comum, apropriando-se do texto e introduzindo alterações que o percorrem, passando por uma abreviação do título, pela substituição da dedicatória e da introdução e pela eliminação, alteração e acréscimo de algumas notas.

As modificações efetuadas pelo P^c Alho estenderam-se ao estilo e à ideologia do texto, provocando uma nítida mudança de enfoque no poema, que resultou numa suavização da imagem dos Mura e na corroboração dos métodos aplicados pela política administrativa local quanto à questão dos índios. Aparentemente,

esse procedimento pode ser lido como pretexto para a construção de uma figura mais mítica do indígena. Ignorando a crescente animosidade provocada pelos constantes desentendimentos que marcaram as relações entre o índio e o português, o P^c Alho faz realçar as características do homem natural, cultivando a semente que já desabrochava no Arcadismo e que mais tarde viria a dar lugar a um dos modelos do herói romântico brasileiro – o índio.

Embora possamos considerar a hipótese de que essa tentativa do P^c Alho tenha tido como objetivo a divulgação do poema e a sua aceitação no universo literário, é sobre o manuscrito e as dúvidas que pairam sobre a sua epicidade e literariedade que nos pretendemos debruçar, numa tentativa de esclarecer certas dualidades que atravessam o poema, que vêm acompanhadas de alguma inovação, merecedoras de uma análise mais atenta.

A *Muhuraida* é hoje considerada como o primeiro poema produzido na Amazônia que trata de um assunto local de conteúdo histórico. Contudo, Monteiro a restringe a uma “página de história reduzida à técnica metriforme” (1976, p. 24) e afirma que o poema traduz “uma preocupação indianista de circunstância, não de ‘escola’ ou de movimento” (1976, p.206). Lida sem qualquer outra referência que não seja a de uma simples obra literária, sem procurar estabelecer uma ligação fundamentada a um qualquer movimento estético, percebe-se que a *Muhuraida* deixa emergir o desabrochar de um espírito patriótico e indigenista através da preocupação com a defesa do território e com o estabelecimento da paz com os índios e da “natureza do colonialismo português em relação aos povos indígenas” (BARROS, 1993, p.9).

Apresentada pelo seu autor como um poema heroico, a sua estrutura externa assim o atesta, desenvolvendo-se ao longo de mil e setenta e dois versos que se encontram distribuídos por cento e trinta e quatro estrofes, reunidas em seis cantos.

As estrofes, construídas em oitavas heroicas, como estipulado pela tradicional fórmula para assuntos de caráter épico, não

apresentam nenhuma irregularidade a acentuar no seu conjunto. Wilkens adota o modelo camoniano de rimas alternadas nos seis primeiros versos e emparelhadas nos dois últimos. Na sua quase totalidade, o acento principal recai na sexta e na décima sílabas, o que impõe um ritmo vigoroso e grave ao poema.

A brevidade dos cantos, que segue naturalmente a dimensão do assunto, não incorre em nenhuma quebra dos princípios ou normas da poética épica, que sobre essa matéria ainda não encontrou conformidade, tendo os autores, como já afirmava Joseph Freire (1759), uma certa liberdade regrada. Contudo, distingue-se, em extensão, dos principais poemas épicos que tiveram projeção no passado, como *Os Lusíadas*, de Camões; *A Eneida*, de Virgílio; *Gofredo*, de Tasso ou *A Ilíada*, de Homero, que são bem mais longos, contando com dez ou mais cantos. Nesse aspecto, aproxima-se do seu contemporâneo, *O Uruguai*, de Basílio da Gama, que possui apenas cinco cantos, num total de mil, trezentos e setenta e sete versos.

Seguindo os seus princípios essenciais, a *Muhuraida* apresenta as quatro componentes típicas obrigatórias da epopeia clássica: Título, Proposição, Invocação e Narração. Porém, nem sempre elas estarão em conformidade com os preceitos coligidos por Joseph Freire e apresentados na sua *Arte Poética*.

O título do poema – *Muhuraida* – não se refere nem ao lugar nem ao herói da ação, como de costume entre os clássicos, mas sim ao antagonista: os índios Mura. Estes, por sua vez, vêm a ser a personagem de maior impacto na narrativa. Ao referir-se com maior ênfase ao índio, o autor parece pretender não só valorizar a ação de pacificação, ocorrida em 1784, que tão importante foi para a manutenção do sistema mercantil estabelecido na região, como também salientar a necessidade de se ter os índios como aliados na defesa e manutenção das fronteiras definidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777.

Independentemente das suas motivações, o certo é que Wilkens procurou dar ao título de sua obra a majestade buscada pelos antigos.

A simplicidade e força conseguidas com a união de um substantivo, MUHURA, com um sufixo designador de ação, IDA, são, contudo, quebradas com o acréscimo de um longo desdobramento: “ou o Triunfo da Fé Na bem fundada Esperança da enteira Converção, e reconciliação da Grande e feróz Nação do Gentio Muhúra”. Com essa extensão, Wilkens antecipa o assunto e o desfecho do poema, ao mesmo tempo que reforça a importância que é dada ao índio. Essa antecipação também vai surgir no início de cada canto, com a apresentação de uma estrofe que resume o assunto do mesmo.

Wilkens constrói a Proposição da *Muhuraida* num estilo simples. Nos seus versos iniciais utiliza expressões que coroam o êxito da empresa, novamente chamando a atenção do leitor para um final feliz:

Canto o Successo fausto, inopinádo,
Que as faces banha em lagrimas de gosto;
Depois de ver n'hum Seculo passádo,
Correr só pranto, em abattido rosto,
(WILKENS,1993, p.99)

Incorre, assim, segundo as anotações de Joseph Freire, no erro de prenunciar o fim da ação, já inicialmente referido no desdobramento do Título. Nos versos que dão seguimento à sua proposição, Wilkens, rende graças à Providência –

Canto o Successo, que fáz celebrádo
Tudo o que a Providência tem disposto,
Nos impensádos meyo admiráveis,
Que os altos fins confirmão inscrutáveis.
(WILKENS,1993, p.99)

–, deixando mais uma vez claro que é o milagre da pacificação que se evidencia na narrativa. Afastando-se das musas

e das divindades pagãs, prática comum nas epopeias clássicas, Wilkens vai buscar inspiração na Luz, fonte de verdade que clarifica o raciocínio e indica o caminho mais certo e seguro, invocando-a:

Mandai rayo da Luz, que communica
A entendimento, acerto verdadeiro,
Espírito da Páz! que vivifica
A frouxa idea, e serve de roteiro
No Pelago das Trévas em que fica
O misero mortal, que em captiveiro
Da Culpa, e da Ignorancia navegando
Sem voz, he certo, incauto hir naufragando.

Invoco aquella Luz, que diffundida
Nos coraçãoes; nas Almas obstinadas,
Faz conhecer os erros; e a perda
Graça adquirir; ficar justificadas;
A Luz resplandecente, appetecida
Dos Justos; das Naçoens dezenganadas
Da pompa; da vaidade do Inimigo,
Que ao eterno condúz final perigo.

(WILKENS,1993, p.99-101)

A Invocação traduz um dualismo que se repete em muitas passagens do texto. A “Luz” em que Wilkens se apoia e a que recorre para lhe conceder a inspiração tanto pode referir-se ao Iluminismo, tendência dominante no século XVIII e que se apresenta no poema através da sua simplicidade formal, como ao Cristianismo, numa aceitação à prática religiosa vigente.

É só muito mais adiante, no Canto 5.º, numa passagem que pode ser considerada como uma segunda Invocação, outra irreverência de Wilkens, quando o poeta dirige-se à Deus para agradecer a sua intervenção na difícil pacificação dos Mura, que a força da fé, já referida no título, é realçada:

Oh Tu Supremo Author da Natureza!
 Que fundas na equidade o teu Juízo;
 Protector da innocencia indefféza;
 Que ao Insecto não faltas co' o precizo,
 Oh Tu! Que aos coraçoens, Alma e feréza,
 Illustras, e mitigas; No concizo,
 Prescripto espaço pondo os Elementos;
 De tudo regulando os Movimentos.

Tu foste, que o feróz, barbaro peito,
 Do indomito Muhúra mitigando,
 Tão docil; tão contente, e satisfeito,
 Fizeste a Sociedade se hir chegando.
 Dos que te amando, co' o maior respeito,
 A Victima nas Aras immolando,
 Propiciatorio tem, no medianeiro,
 Páz, Alimento; Pai, Deos verdadeiro.

(WILKENS,1993, p.147)

Tal invocação parece servir de pretexto para que o poeta, na estrofe seguinte, valorize a importância dessa pacificação, largamente noticiada no Estado do Grão-Pará e também em Portugal. Por ter sido motivo de grande regozijo, a pacificação dos Mura justifica a sua imortalização através da composição do poema:

Faz Epocca o Successo memorável,
 Nos Annaes do Pará; Da Luza Gente;
 Pois fáz. Que assumpto sempre lamentável,
 Do maior gosto seja transcendente.
 Admiração não cauza ver domável
 O Tigre ser; Manso o Leão; Serpente
 Domesticar se; quando o feróz Muhra,
 Dezeja a Páz; Socégo so procura.

(WILKENS,1993, p.147)

A Dedicatória da *Muhuraida* é feita fora do poema, por meio de uma carta, onde o autor oferece a sua obra ao Governador e

Capitão General do Estado do Grão-Pará, “Sua Ex^a o Senhor João Pereira Caldas”. Wilkens considera ser esta

“huma Offerta, que [tem] toda a apparencia de Tributo, [...] affecto, veneração, e respeito, que [consagra] á Illustre Pessoa” do referido Governador, visto ter sido este não só um “méro spectador, mas sim, depois de Deos, o primeiro Motor, e Agente dos opportunos meyoys, que este fim interessante [, ou seja, a pacificação dos Mura,] ao Serviço de Deos e da Soberana, [conseguiu] completamente”.

(WILKENS,1993, p. 89)

Quanto à Narração, ao ser analisada sob os princípios básicos da épica moderna, ou renascentista, é de se esperar que o texto apresente as características principais deste gênero, ou seja, uma ação inspirada num acontecimento da história nacional, centrada na figura de um herói – mais humano e generoso, de elevada grandeza moral e digno representante dos ideais coletivos de um povo –, e que privilegia a verossimilhança e o maravilhoso cristão.

Girando em torno da pacificação e da conversão do bárbaro e indomável gentio Mura, “Inconstante, e feroz, qual outro Scythia” (WILKENS,1993, p.101), que é conseguida após várias décadas de esforços para o seu controle, a ação da *Muhuraida* decorre num espaço de tempo relativamente curto –

Mais de dez Lustros eram já passados
(WILKENS, 1993, p.101)

–, período que, segundo os documentos consultados, compreende três fases: a primeira, em que os Mura assolavam a extensa região do rio Madeira e as povoações vizinhas impedindo o desenvolvimento econômico e social naquela zona –

[...] Espreitando
Nas margens lá do Rio, e Lagos fundos,

O incauto Navegante,
(WILKENS, 1993, p.105)

–, a segunda, descrevendo as várias e infrutíferas tentativas do Estado e da Igreja para a sua redução, as dificuldades em levar a bom termo o processo de catequese –

Não se cançava o Zelo, e a piedade,
De meyo procurar mais adequados,
A Conversão de tal Gentilidade,
Mas sempre os lamentava então frustrados.
Mil vézes, co-o fervor da Caridade,
Das Religioens os Filhos, animados
Entre perigos mil, e amesma Morte,
Se esforçãvão buscarlhes melhor sorte.
(WILKENS, 1993, p.113)

– e, finalmente, a terceira, quando se dá o milagre da rendição e conversão dos Mura:

Também lá no Madeira a excellencia
Da Graça diffundindo, os attrahia,
A procurar a Páz interessante,
(WILKENS, 1993, p.159)

A ação, narrada *in media res*, apresenta um relato misto que conjuga a fala do narrador com a das personagens principais. A épica exige uma imparcialidade e um distanciamento do narrador da matéria que relata, que o atiram para um plano secundário e não participativo. Entretanto, o narrador mantém a sua onisciência, revelando-se em alguns lugares dentro da narrativa, como na Proposição, na Invocação, na Dedicatória e no Epílogo.

Com exceção da Dedicatória, que na *Muhuraida* encontra-se fora do corpo do poema, Wilkens faz uso das outras três posições,

libertando o sujeito poético, apresentando-se ao leitor na primeira pessoa, respectivamente:

Canto o successo fausto, inopinádo,
[...]
Canto o Successo, que fáz celebrado (Wilkens, p.99)

Invoco aquella Luz, que diffundida
Nos coraçõens; nas Almas obstinádas, (Wilkens, p.99)

Sempre os progressos a Cantar disposto
Aqui suspendo a Vóz; A Lira encosto.
(WILKENS,1993, p.169)

De um modo geral, Wilkens procura manter no seu poema o distanciamento exigido pela épica, quer nos momentos em que assume o discurso – como narrador –, quer quando delega a palavra às personagens. Há, contudo, algumas passagens em que a impessoalidade do poeta é substituída por um discurso direto. A sua estreita ligação com as personagens que descreve e o profundo conhecimento e proximidade dos fatos que narra levam-no a incluir-se no grupo dos portugueses que desejam a paz e a propagação da fé cristã. Esta inclusão é marcada pelo uso da primeira pessoa do plural, que se encontra nas seguintes passagens:

Os Templos entre os nossos Luzitános,
Mais que nunca, se hir devem frequentando;
(WILKENS,1993, p.149)

Não menos memoráveis nos ficárão
Os dias venturózos de Janeiro;
Pois nelles nos deo Páz, felicidade
O Author da Vida; A Fonte da Verdade.
(WILKENS,1993, p.149)

Tal inserção faz-se também notar quando o narrador revela a sua onipresença, o que acontece quando se coloca no grupo dos que presenciaram a integração dos Mura –

Héra do Sexto Méz, o nono dia,
E quarto neste Pôvo de festejo,
(WILKENS, 1993, p.167)

–, ou no lugar dos viajantes que percorriam os rios infestados por esses índios. Dessa forma, transporta o leitor para o interior da narrativa, guiando-o pelos mesmos caminhos aterradores, tão seus conhecidos, e reconstituindo todo o horror dessa arriscada jornada:

D'aqui de agudas flechas hum chuveiro
(WILKENS, 1993,p.107)

Esse processo de construção do discurso funciona como um reforço da noção de verossimilhança pretendida pelo autor. O conhecimento dos fatos é adquirido através da participação direta na ação. É esse saber que se repete e se reafirma no momento em que os Mura chegam à aldeia de Santo Antonio do Imaripi –

Alvorçado estáva o Povo inteiro
De ali o Parente; Aqui o filho perdido,
Ao Pai; a Irmãos; a Amigos encontrando,
(WILKENS,1993, p.139)

–, e que dá credibilidade ao relato do narrador.

Como militar, Wilkens tem o compromisso em apresentar a “verdade histórica”, não raras vezes vividas em primeira pessoa ou ouvidas e descritas nos seus relatórios. Por conta desse dever moral, a ação da *Muhuraida* é enriquecida por breves episódios que se

encontram diretamente ligados à trama e que contribuem para redesenhar a história dos Mura, vítima da traição de alguns colonizadores, que é lembrada por um velho Mura, memória viva do seu povo, veículo que exterioriza a verdade vista pelo lado do índio:

Já não lembra o agrávo, a falsidade,
Que contra nos os Brancos maquinarão?
Os Authóres não forão da crueldade?
Elles, que aos infelices a ensinarão?
Debaixo de pretextos de Amizáde,
Alguns mattando, outros maneatarão,
Levando-os para hum triste Captiveiro,
Sorte a mais infeliz, mal verdadeiro.

Grilhões, Ferros, Algémas, Gargalheira,
Açoutes, Fomes, Dezampáro, e Morte,
Da ingratitude foi sempre a derradeira
Retribuição, que teve a nossa sorte.
Desse Madeira a exploração primeira,
Impedio, por ventura, o Muhura forte?
Suas Canoas vimos navegando,
Diz; fômos, por ventura, os maltractando?
(WILKENS,1993, p.131)

Nesse aspecto, o poema cumpre duas exigências da épica moderna: a valorização dos episódios nacionais e a modernização do tema, resgatando uma das máximas da poesia épica, ou seja, a imortalização da história de um povo.

A epicidade do poema pode ser posta em causa pela ausência de confrontos bélicos e de um episódio lírico. Em verdade, a excessiva proximidade e envolvimento de Wilkens com os fatos relatados, aliados à falta de distanciamento temporal da ação narrada, não permitem que sejam incluídos na *Muhuraida*, pois, de outra forma o texto perderia toda a sua credibilidade histórica.

Não se pode refutar o fato de que os textos épicos constituem uma rica e complexa fonte de pesquisa histórica, servindo de canteiro para a reconstrução do memorial histórico de um povo. Criar uma obra que mereça crédito, ganhando através da verossimilhança a legitimidade do discurso narrativo é a função do poeta épico. Assim, a historicidade, dentro do poema épico, não é a finalidade do discurso, mas um instrumento para a sua tessitura, assegurando ao tecido verbal a veracidade artística. O autor se vale dos fatos históricos para criar a trama narrativa, que vai ganhando autonomia e caracteres de arte dramática através da construção de imagens grandiosas ou fantásticas, atirando os fatos históricos para um plano secundário.

E o que não falta na *Muburaida* são elementos que emergem do texto e que conduzem o leitor para uma leitura metafórica, conferindo ao poema um evidente valor artístico. Na *Muburaida*, o processo de fabulação faz-se presente a partir do instante em que o maravilhoso entrelaça-se com o discurso narrativo e extrapola os limites do real. É o caso da passagem que relata a aparição do Anjo pacificador –

Mas lá desde o Divino Consistorio,
Do Eterno, Immutável, Sabio, Justo,
Omnipotente Ser; Desse alto Imporio
Desce velóz o Mensageiro Augusto;
(WILKENS,1993, p.115)

– e o da interferência do Príncipe das Trevas, que age nas sombras, espalhando o mal, com o intuito de dissuadir os Mura de estabelecer a paz com os colonos:

Mas lá na Habitação do eterno dánno,
O Principe das Trévas; Monstro informe,
[...] Deo o enorme
Sinal acostumádo,
(WILKENS, 1993, p.159)

Temível, larga, ignifera Torrente;
No transitu impetuózo quanto appanha
As cinzas reduzindo; indiferente,
A dura penha, a flor, Jardim vistózo,
Casal humilde, ou Povo numerózo.
(WILKENS, 1993, p.161)

Essa incursão no ‘maravilhoso’, que encaminha o texto para uma leitura poética, não foge ao racionalismo ditado pelo pensamento iluminista do Século XVIII e que caracteriza toda a ação. A interposição do imaginário se processa de maneira nítida, dotada de minuciosa lógica. E é dessa forma insólita que Wilkens resolve o problema do confronto entre as forças opositoras. A habilidade oratória, que se apoia na astúcia e no respeito imposto, não deixa de ser um enfrentamento tão arriscado quanto o físico. É o mundo civilizado que se apresenta e que encontra a ordem, reintegrando os valores da sociedade cristã.

A alegoria do confronto entre as forças do Bem e do Mal, entre a Luz e as Trevas realiza-se para mostrar, de forma subjacente, uma crítica à opressão a que os índios estão sujeitos pela sociedade exploradora e escravagista e que é preciso fortalecer o papel dos agentes pacificadores, último recurso para introduzir os Mura no seio da comunidade cristã. Dessa forma, os Mura abandonam o papel de antagonista e passam ao de vítima daqueles que só visam os lucros da colonização.

Os indicadores da literariedade vão também passar pela construção das personagens, sobretudo a do herói, elemento principal dentro da estrutura épica e que determina os rumos da narrativa. Estabelecer o herói dentro da complexa estrutura ideológica da *Muhuraida* põe-nos diante de uma grande interrogação – quem é o herói? Quem conseguiu transformar o “feróz, indomável” (WILKENS,1993, p.91) gentio Mura num índio “Tão docil; tão contente, e satisfeito” (WILKENS,1993, p.147)? A ação de pacificação e de conversão dos índios Mura apresenta mais de

uma figura que se destaca no papel de herói, o que pode ser considerado como mais um ponto de negação da epicidade do poema. Ora é vista como um milagre, fruto da providencial intervenção divina manifestada através da figura de um Anjo, ora é atribuída aos pressurosos esforços dos agentes do Governo, ora é entendida com o resultado da vontade dos próprios Mura.

Três são as figuras que partilham o papel de herói dentro do poema. O primeiro é um “Anjo humanado”, emissário da palavra de Deus que, servindo-se de um disfarce, sopra no ouvido do jovem Mura, sensibilizando-o, humanizando-o e mudando a sua concepção sobre o homem branco:

Que fazes? Meu Irmão! / Ihe diz seréno /
 De Inimigos se teme novo insulto?
 Quando eu cuidára, que Regato Ameno,
 Banhando te acharia, e dando indulto
 Aos lassos Membros; Vejo, que o terréno,
 De frutas; plantas, produções inculto,
 Coberto está de flechas; de instrumentos,
 Que indicão todos belicosos intentos!
 (WILKENS,1993, p.117)

E para que conheças a verdáde
 De tudo, que eu relato, vai correndo,
 Vai logo; Ajunta os teus, com brevidade,
 Veras, se he certo, o que te estou dizendo;
 (WILKENS,1993, p.125)

O segundo é um Mura jovem, que se deixa seduzir pelo Anjo e incita o seu povo a desarmar-se e estabelecer a paz com os colonos:

Levantai-vos! Parentes meus amados!
 Dispertai, de lethargo tão profundo!
 Olhai, que para empréza sois chamádos,

Que nome vos dará, já em todo o Mundo.
Temidos, atheagora, respeitados,
So fômos em Dezertos, Bosque immundo.
Mas já o destino quer, a nossa sorte,
Que o Mundo todo admire ao Muhura forte.
(WILKENS,1993, p.127)

O terceiro herói é Mathias Fernandes, agente local do Governo português, que atua diretamente no terreno do conflito:

A todos precedendo, vai primeiro
[...], já dos Muhuras conhecido;
A quem por Director, e por guerreiro
Seguindo; respeitávão destemido.
(WILKENS,1993, p.139)

Se considerarmos que o herói da *Muhuraida* é aquele que consegue o milagre da redenção de um povo temido por sua ferocidade e selvajeria, torna-se impossível analisar a atuação de cada um dos três elementos independentemente. Mathias Fernandes não teria conseguido o intento do Governo português sem a intervenção do Anjo sobre o jovem Mura e deste sobre o seu povo. A heroicidade, aqui, não se resume à ação isolada de um indivíduo dotado de valores e capacidades superiores. Três são os elementos que se cruzam e interagem, construindo, verso a verso, o conjunto de ações grandiosas que conduzem à realização de um feito valoroso, ditado pelo espírito épico e perpetuado pela história nacional.

A trilogia no plano narrativo da *Muhuraida* retoma o espírito da épica religiosa e destaca o maravilhoso cristão, remetendo à Trindade formada pelo Pai-Filho-Espírito Santo. Sob essa ótica, concebemos a figura do diretor Mathias Fernandes, na qualidade de agente do Governo e representante da força e da soberania do colonizador, como uma representação simbólica do Criador – o Pai. O jovem Mura, que se converte e espalha a mensagem de Deus

entre o seu povo, é o Filho. E o Anjo, instrumento da redenção, mensageiro que anuncia os milagres e as intenções de Deus e que zela pela paz entre os homens, é o Espírito Santo.

As três presenças heroicas – a força militar, que atuava na região, protegida pelo Diretório do Índios, a fé, obra do incansável e incessante trabalho dos missionários das diferentes Ordens Religiosas, e as necessidades do próprio Mura, na altura em guerra com os índios Mundurucus – revelam o conflito político-ideológico resultante da aplicação da política indigenista oficial e da preservação do domínio religioso na esfera da questão indígena. As frequentes alterações das leis, ora atribuindo a tutela dos índios à Igreja, ora ao Estado, só servem para mostrar como a questão do índio estava ainda mal resolvida.

Por outro lado, a passagem do Mura de selvagem irracional, retrato de uma bestialidade demoníaca, para a de um povo cooperante, disposto a aceitar a sua assimilação no projeto desenvolvimentista de colonização, deixa transparecer, em primeiro lugar, a opressão sofrida pelos Mura nas mãos do poder colonial português, que num determinado momento da narrativa assume o papel de antagonista e, em segundo, o efeito da religiosidade sobre o coração humano – é o ser primitivo, irracional, animalizado que se humaniza através da fé, trazida pela civilização ocidental.

Nesse ponto da narrativa, a teoria rousseauiana do ‘bom selvagem’, que fundamenta a produção do Arcadismo, encontra berço, elevando o texto de Wilkens ao mesmo nível de *O Uruguai* e *Caramuru*, que também defendem, à sua maneira, a inocência e o direito natural dos índios. Protegido dos seus agressores, os Mura podem ouvir a voz de Deus. O poder da fé não é, assim, algo para ser colocado em segundo plano dentro da narrativa. Ela se sobrepõe até mesmo à voz da experiência. O diálogo entre o Mura jovem e o Mura velho, já aqui isoladamente reproduzido, revela com grande eficácia a força da religiosidade. Como um jogo entre a razão e a emoção, o velho tenta, inutilmente, chamar à consciência o jovem

Mura, alertando-o para a falsidade e traição do homem branco. Contudo, a fé penetrou no coração do jovem índio que, humanizado, traz agora o espírito aberto, limpo, puro, pronto para perdoar o passado e acreditar num futuro de paz, onde brancos e índios possam conviver em harmonia, dividindo o mesmo território, numa proposta de unificação.

E é esse Mura convertido pelo poder do Espírito Santo – o novo Mura –, que consegue conduzir o seu povo à redenção. Numa parábola bíblica, é o Filho que vem aos homens para ‘tirar os pecados do mundo’, constituindo o elemento intermédio do processo de pacificação, que se faz através da redenção espiritual. Para consolidar esse processo é necessário um elemento que guie os recém convertidos pelos caminhos da Luz. Esse guia é o Pai, que através da sua autoridade e do respeito que impõe, evita que as suas ovelhas se desgarem.

Nessa leitura, deve-se à religião católica e às leis do Estado os louros da vitória, sendo o resultado dessa comunhão o início, o meio e o fim do processo. Através da religiosidade e da autoridade, Mathias Fernandes consegue firmar a paz entre os dois povos. Temos, então, a presença ativa e valorosa de três elementos que, entrelaçando-se, complementam-se, tornam-se ‘uno’, configurando a imagem do herói que, dotado de exemplar sentido de oportunidade e conveniência, concilia forças com o próprio inimigo para conquistar o equilíbrio necessário à preservação da paz.

O herói da *Muhuraida*, menos idealizado e, portanto, mais humano, despe-se de vaidade, dispensando a glória pessoal e o reconhecimento público, e reveste-se de toda a grandiosidade que lhe é consagrada pelo espírito épico moderno, trabalhando em prol do bem coletivo.

Não se pode negar que a simplicidade estrutural e uma certa objetividade e brevidade descritivas condicionam a narrativa do poema. Tal simplicidade formal tem como objetivo manter o equilíbrio entre razão e emoção, preservando a ‘verdade’ da

narrativa. Assim, a ausência de descrição de um combate físico ao longo do poema, apontado como um dos fatores que restringem a sua característica épica, não é de todo relevante, já que faz todo o sentido que o poeta não o introduza, uma vez que parece ser sua intenção destacar o estado quase animalesco e a irracionalidade dos índios Mura, sem, contudo, despertar demasiada atenção para a inadequação dos colonos portugueses, quer ao meio, quer à forma de conduzir a sua relação com o indígena. As admiráveis qualidades guerreiras dos índios são realçadas não como um elogio à sua figura, mas para lembrar a falta que tão formidável exército faz nas colunas portuguesas.

Ignorar os elementos factuais do texto de Wilkens em função da busca de indícios literários contradiz o realismo imanente em todos os gêneros literários da época. A própria filosofia do ‘Século das Luzes’, primando pela razão, prezava a riqueza da informação geográfica e histórica, naturalista e antropológica em detrimento do rebuscamento das formas e subjetividade temática. Assim, a *Muburaida*, longe de ser uma narrativa idealizada que promova a evasão da realidade, transforma-a em extrato de ficção, como clamava o “homem setecentista, interessado por aspectos exóticos e desconhecidos da realidade humana e física” (DURÃO, p.11).

Nessa ordem, a composição descritiva da *Munuraida* encaixa-se perfeitamente no lema *inutilia trunquat* que visava eliminar os exageros, o rebuscamento e a extravagância característicos do Barroco, submetendo a poesia ao império da razão, segundo os moldes estéticos do racionalismo francês. Seguindo os modelos antigos, inclusive renascentistas, Wilkens mantém um equilíbrio entre a razão e o sentimento, a realidade e a fantasia, a informação e a invenção, ao construir a história da pacificação dos gentios Mura, numa simplicidade próxima da objetividade do mundo burguês. Dessa forma, o poema de Wilkens aproxima-se, em todos os aspectos, dos mais renomados poemas Setecentistas brasileiros: do tratamento do tema à estrutura formal, passando pela construção do herói até a discussão dos ideais burgueses.

Assim, não parece despropositado dizer que se percebe na *Muburaida* a presença de um espírito nacionalista. É evidente que não se trata de um nacionalismo resultante do espírito nativista que começava a desabrochar em várias regiões do Brasil, relacionado com os movimentos de insurreição, como o da Inconfidência Mineira, e de independência, e que mais tarde se consolidaria nas produções do Romantismo. O nacionalismo de que falamos está condicionado ao meio ao qual o autor da *Muburaida* está veiculado, ou seja, a uma vivência passada ao serviço do Estado, numa região inóspita, cuja integridade territorial era preciso defender dos avanços espanhóis e da rebeldia de algumas tribos menos cooperantes. Trata-se de um nacionalismo que se traduz pela necessidade de se formar uma aliança com os Mura, protegendo-os, fortalecendo-os e disciplinando-os, para que estes pudessem garantir a fixação das fronteiras na Amazônia. As intenções políticas, naquele momento e naquela região, são, portanto, de preservação e de manutenção da unidade política, administrativa e territorial.

Servindo-se do rigor histórico que está presente em todo o poema, Wilkens confronta o leitor com a triste questão do índio. A *Muburaida* não trata o índio de forma idealizada, quase europeizada, como os que se apresentam em *O Uruguai* e *Caramuru*. O índio da *Muburaida* é autêntico, quer na sua selvajeria – ao enfrentar o português, que em muitas ocasiões se revelou um invasor furtivo, traiçoeiro e predador –, quer na sua inocência – quando acredita na mudança de intenções desse mesmo português e que uma aliança com os colonos só lhe trará vantagens. Percebe-se, assim, uma velada preocupação do autor em fazer a denúncia da exploração e do massacre dos índios – processo desencadeado pelos colonizadores –, e da sua aculturação, manipulada pelos missionários. Disputado pela Igreja e pelo Estado, o índio perdeu a sua identidade natural e é agora um esboço, um fantasma que pouco tem a ver com aquele que Pedro Álvares Cabral um dia encontrou na “Ilha de Vera Cruz” – o Brasil.

Sem preencher de forma total e satisfatória os requisitos definidos pela crítica literária e necessários para o seu enquadramento num modelo épico específico e sem ser suficientemente inovador, impondo um novo estilo, a *Muburaida* foi afastada das páginas das histórias da literatura brasileira. Contudo, é certo que a *Muburaida*, além de dar um precioso contributo para a reconstrução de uma das páginas da história amazonense, também revela um certo sentimento patriótico, sustentado por uma velada denúncia dos abusos cometidos pelos colonizadores e missionários contra os índios. Ao reunir em suas páginas a verossimilhança e o maravilhoso cristão, a *Muburaida* vai desenhando em seus versos o Brasil selvagem e primitivo, revelando uma reflexão sobre os problemas locais, refletindo, de forma clara, o espírito da literatura ilustrada.

Referências

BARROS, Marcus Luiz Barroso. Apresentação. In: WILKENS, Henrique João. **Muhuraida ou o triunfo da fé, 1785**. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/ Governo do Estado do Amazonas, 1993.

DURÃO, Frei José de Santa Rita. **Caramuru**. Rio de Janeiro: Agir, 1957 [1769].

FREIRE, Francisco Joseph. **Arte Poética**, ou Régras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principais, tratadas com juizo critico. 2.^a edição, Tomo II, Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

GAMA, José Basílio da. **O Uruguai**. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira, 1941 [1769].

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. v. 36, Lisboa, Rio de Janeiro, 1989 [195-].

LIMA, Manuel de Oliveira. **Aspectos da literatura colonial brasileira**. Rio de Janeiro: INL, s/d.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fatos da literatura amazonense**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1976.

REIS, Artur César Ferreira. A Língua Portuguesa e a sua imposição na

Amazônia. **Revista de Portugal**, Série A: Língua Portuguesa, v. XXIII, Lisboa, 1958.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Épicos brasileiros**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

WILKENS, Henrique João. **Muhuraida ou o triunfo da fé na bem fundada esperança da enteira converção, e reconciliação da grande e feróz nação do gentio muhúra**. 1785. (manuscrito)

_____. **A Muhuraida, ou a conversão, e reconciliação do gentio-muhra**. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

_____. **Muhuraida ou o triunfo da fé, 1785**. In ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, v. 109, 1989. Rio de Janeiro, 1993, p. 79-275.

_____. **Muhuraida ou o triunfo da fé, 1785**. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/Governo do Estado do Amazonas, 1993.

Notas

² O manuscrito encontra-se depositado na Torre do Tombo sob o códice: Mss. Brasil. C. 16 E.147 P. 6. Ficheiro 36, Avulsos: 3, n.º 24. Foi localizado e divulgado pelo antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto.

³ Esta edição deveu-se a uma iniciativa conjunta entre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Universidade do Amazonas. As citações da *Muhuraida* aqui empregadas foram retiradas da edição publicada em livro em Manaus, dado que ela reúne o manuscrito (cujas páginas não se encontram numeradas) e a primeira edição portuguesa de 1819. Para facilitar a identificação das mesmas, abriremos aqui uma exceção e usaremos apenas o nome do autor ou do revisor seguido do número da página.

⁴ Convém referir que o nome da tribo aparece quase sempre referenciado no singular, ao contrário de outras grandes nações, como os Mundurucus, os Tapuias, os Guaranis etc, o que nos leva a supor que os Mura criaram uma sociedade onde o coletivo impera sobre o indivíduo, fruto de uma coesão em massa.